



Congresso se reuniu no dia 10 para votar a LDO, mas não houve quorum

## Deputados e senadores devem votar LDO amanhã

O Congresso deve votar amanhã o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Aprovado no início do mês pela Comissão Mista de Orçamento, o texto autoriza o governo federal a fechar o ano com um déficit de R\$ 139 bilhões e prevê um crescimento de 1,2% no produto interno bruto (PIB). Antes da votação da LDO,

o Congresso precisa decidir sobre oito vetos presidenciais que ainda não foram analisados e que trancam a pauta.

Entre eles, está o veto a itens da lei que trata do combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Artigos vetados concedem benefícios e incentivos tributários à produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros. **4**

# Plenário analisa prorrogação da DRU e reajuste em fim de mandato

Propostas relevantes estão na pauta de votações desta semana, que tem também o início, na quinta-feira, da votação definitiva sobre o impeachment de Dilma Rousseff

O Plenário do Senado deve votar nesta semana o projeto que inclui na Lei de Responsabilidade Fiscal a proibição de que um governante conceda aumento de despesas com pessoal para depois que seu mandato acabar. A vedação se aplica, por exemplo, a concessões de vantagens, aumentos e reajustes salariais, alterações de estrutura de carreiras e de subsídios. O presidente do Senado, Renan Calheiros, quer aproveitar os dias de quorum favorável, antes do início do jul-

gamento do impeachment de Dilma Rousseff, na quinta-feira, para aprovar projetos relevantes como a proposta que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023 e cria mecanismo semelhante para estados e municípios. O texto deve ser votado em primeiro turno. Outro item em destaque na pauta é o projeto que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos de qualquer natureza. A permissão vale para todos os entes da Federação. **3**

## TCU poderá fiscalizar contas de sindicatos

Projeto que determina a prestação de contas anual a ser feita pelas entidades beneficiadas com a contribuição sindical ao Tribunal de Contas da União (TCU) deve ser analisado amanhã pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Como a contribuição possui natureza tributária e caráter impositivo, o projeto estabelece que os responsáveis pela gestão dos recursos recebidos devem estar sujeitos à fiscalização do TCU. **3**

## Presidente do Banco Central vai discutir política monetária

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, deve apresentar amanhã uma avaliação da política monetária adotada pelo governo interino aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e debater as diretrizes, a implementação e as perspectivas da economia. Será a primeira das audiências trimestrais de balanço da política monetária que a CAE vai fazer com Goldfajn desde que ele assumiu a Presidência do Banco Central no governo de Michel Temer. Entre as ações de Goldfajn no cargo, estão intervenções no câmbio, como



Goldfajn deve fazer balanço das ações do governo interino na economia

a redução gradual da posição do Banco Central em *swaps* cambiais (operações para troca de riscos que equivalem a uma venda de moeda no mercado futuro). **4**

## Audiência pública abordará abuso de autoridade **3**

## Fundos para ciência e tecnologia serão tema de debate **4**

## Comissão de MP da educação infantil avalia relatório **3**



## Site faz raio X da produção legislativa dos senadores

Os cidadãos podem conhecer com detalhes a produção legislativa dos senadores. Por meio da página on-line Atividade Legislativa em Números, o Senado torna públicas informações relativas aos projetos aprovados, inclu-

do a temática e a autoria. Neste ano, a maior parte das 188 propostas aprovadas na Casa se refere a questões sociais e foi apresentada pelos próprios senadores. No mês que vem, a página passará por uma reformulação e ganhará mais recursos. **2**



Projetos sociais, como licença-paternidade de 20 dias, sobressaem na Casa

**JOVEM SENADOR**

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em [www.senado.gov.br/jovemsenador](http://www.senado.gov.br/jovemsenador)

Parceria:

Realização:

# Ferramenta on-line expõe dados de aprovações no Senado

Atividade Legislativa em Números permite ao cidadão saber quantas propostas passaram em votação final no Plenário e nas comissões, quais foram os temas mais recorrentes e quem foram os autores

O SENADO OFERECE na internet uma ferramenta que permite aos cidadãos ver o raio X das propostas legislativas que são aprovadas pelos senadores. Trata-se da Atividade Legislativa em Números (veja o link no final da reportagem), que contém dados desde 1950 referentes ao Plenário e às comissões.

Graças à ferramenta, sabe-se que os senadores submeteram 188 propostas a votação final entre janeiro e julho deste ano, sendo 138 aprovadas e 50 rejeitadas.

Dos projetos aprovados, a maior parte tratou de temas sociais (53 propostas) e econômicos (33). O restante abordou assuntos jurídicos, administrativos e orçamentários.

Entre os projetos da área social, está o Marco Legal para a Primeira Infância, aprovado pelo Senado em fevereiro e sancionado pela Presidência da República em março. A nova lei estendeu a licença-paternidade de 5 para 20 dias para os trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa-Cidadã.

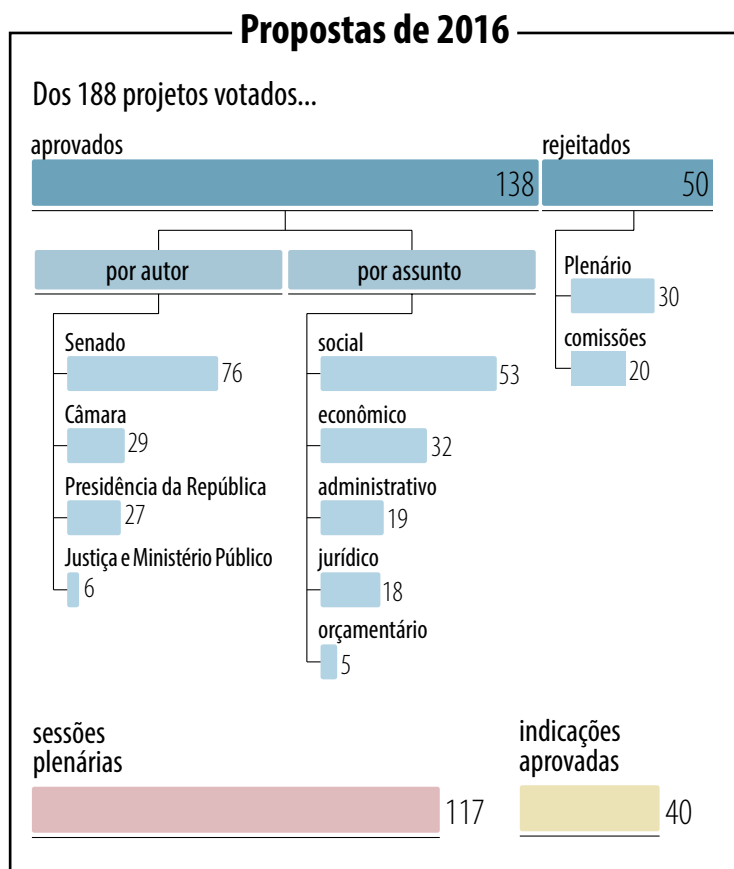
## Facilidade

Os dados da Atividade Legislativa em Números são produzidos pela Secretaria de Informação Legislativa do Senado.

A origem dos projetos também pode ser conhecida. Das 138 propostas aprovadas até julho, 76 foram de senadores, 29 de deputados federais, 27 da Presidência da República e 6 da Justiça e do Ministério Público da União.

O coordenador de Estatística e Relatórios Legislativos, João Murce, ressalta que a publicação dos dados legislativos está em consonância com a meta prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI) de garantir maior transparência aos órgãos públicos.

— Todos esses dados estão



no Diário do Senado, mas é muito complicado para o usuário encontrá-los. Para saber quantos projetos de lei foram aprovados, por exemplo, ele precisa fazer uma verdadeira garimpagem. O que fazemos é oferecer os dados de forma mastigada — afirma.

De acordo com Murce, a divulgação das estatísticas vem de uma determinação do Regimento Interno do Senado.

— A ideia é ficar cada vez mais perto do público leigo, convidando as pessoas a lerem os relatórios — diz ele.

## Reformulação

A apresentação dos dados será reformulada em setembro, com o objetivo de facilitar o entendimento.

De acordo com o diretor da Secretaria de Informação Legislativa, Fabio Liberal, a ferramenta ganhará mais conteúdo e recursos.

— Esse esforço é apenas a parte mais visível de um trabalho que tem sido engendrado ao longo dos últimos anos para organizar e rees-

truturar a enorme gama de informações produzidas pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado — explica.

## CPis

Os dados disponíveis na internet são atualizados mensalmente. Há informações completas sobre a atividade legislativa. É possível, por exemplo, conhecer os requerimentos de licença dos senadores, a tramitação das medidas provisórias e o trabalho das comissões parlamentares de inquérito (CPis).

No link Painel de Dados, as principais informações estão organizadas de forma simplificada.

Outro link que permite acompanhar o andamento da atividade legislativa é o Relatório da Presidência, que contém informações sobre o processo legislativo e a atuação dos parlamentares ao longo do ano legislativo do Senado e do Congresso Nacional.

Atividade Legislativa em Números: <http://bit.ly/senadodados>

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

**PLENÁRIO Federação de mulheres**  
11h Sessão especial comemora os 70 anos da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Às 14h, sessão não deliberativa.

**CI Energias alternativas**  
14h30 Audiência pública interativa avalia as políticas públicas para energias alternativas e renováveis no Brasil.

**MP 727/2016 Relatório**  
16h A comissão mista da medida provisória que cria o Programa de Parcerias de Investimentos analisa relatório.

**MP 741/2016 Taxa do Fies**  
17h Reunião para instalação e eleição do presidente e vice da comissão mista da MP, que transfere da União para as universidades o pagamento da taxa de administração dos bancos para concessão do Fies.

**MP 742/2016 A Voz do Brasil**  
17h30 Instalação e eleição do presidente e vice da comissão da MP, que flexibiliza o horário de transmissão de A Voz do Brasil durante as Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio.

TERÇA

**CCT Fundos para a ciência**  
8h45 Audiência interativa debate a aplicação de recursos dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.

**CDH Abuso de autoridade**  
9h Audiência pública interativa analisa crimes de abuso de autoridade. Entre os convidados, estão as Associações dos Juizes Federais do Brasil, dos Magistrados Brasileiros e dos Membros do Ministério Público.

**CMA Uso racional da água**  
9h30 Estão na pauta, entre outros, o PLS 587/2015, sobre campanhas educacionais de estímulo ao uso racional da água, e o PLS 243/2014, sobre regras para aumentar a segurança em compras pela internet.

**CMO Créditos suplementares**  
9h30 A comissão mista analisa pauta com quatro projetos de créditos suplementares para o Ministério Público, o Poder Judiciário e órgãos do Executivo.

**CÓDIGO DE AERONÁUTICA Debate**  
9h45 A comissão especial que avalia o projeto de modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica faz audiência pública interativa sobre taxas e tarifas aplicadas às categorias de aerodesporto, escolas de instrução e aeroclubes.

CAE Ilan Goldfajn

10h Na pauta, reajuste para ministros do STF. Depois, audiência sobre política monetária com o presidente do Banco Central.

**CONGRESSO Vetos e LDO**  
11h Sessão conjunta para apreciação de vetos, de projetos de créditos suplementares e da LDO de 2017.

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS Conferência**  
14h30 Audiência sobre a participação de representantes da comissão na COP-22.

**MP 729/2016 Educação infantil**  
15h30 Comissão mista analisa a MP 729, que cria regras de repasses a municípios para ampliação da educação infantil.

**MP 733/2016 Dívidas de produtores**  
15h30 Análise do relatório sobre a MP 733, que autoriza a renegociação de dívidas de produtores rurais.

QUARTA

**AGENDA BRASIL Licitações**  
9h A comissão debate o projeto que moderniza a Lei de Licitações e Contratos. Entre os convidados, representantes do TCU.

**CAS Câncer de mama**  
9h Na pauta da comissão, projeto que obriga a realização de cirurgia plástica reparadora nas duas mamas em caso de câncer.

**CDR Caatinga**  
9h A comissão examina a proposta que estende o prazo para apresentação dos planos de mobilidade urbana e o projeto que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

**CRE Embaixadores**  
10h A comissão sabatina os indicados para as embaixadas na Turquia, na Áustria e na Alemanha. Também na pauta acordo internacional sobre a constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã.

**AGENDA BRASIL Bingos**  
14h30 Reunião para apreciar o projeto que trata da exploração de jogos de azar.

**PLENÁRIO Impeachment**  
9h Sessão extraordinária para o julgamento da presidente da República afastada, Dilma Rousseff, por suposto crime de responsabilidade.

**PLENÁRIO Impeachment**  
9h Continuação da sessão de julgamento do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211  
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Pauta tem DRU e fim de reajuste fora do mandato

Proposta que proíbe governantes de conceder aumento de gastos com pessoal para serem executados pelos sucessores abre a votação no Plenário, que decide sobre impeachment de Dilma a partir de quinta

ALÉMDA VOTAÇÃO definitiva sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff, que começa na quinta-feira, o Plenário do Senado deve avaliar nesta semana propostas relevantes, como a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, quer aproveitar os dias de quorum favorável, antes do início do julgamento da presidente afastada, para aprovar projetos importantes. Ele disse que pretende estabelecer uma agenda suprapartidária de interesse do Brasil que aponte a retomada do crescimento da economia e a geração de emprego e renda.

O primeiro item da pauta de votações é o projeto que proíbe os governantes de deixar aumento de despesas com pessoal para após o término de seus mandatos. O PLS 389/2015 — Complementar, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A proposta proíbe o presidente da República, governadores e prefeitos de promover aumento de despesas com pessoal que tenha início após o fim de seus respectivos mandatos. O objetivo é enquadrar qualquer ato com potencial para aumentar gastos de pessoal com ocupantes de cargo, emprego ou função pública, tanto na administração direta quanto na indireta. O texto deixa claro que a vedação se aplica, por exemplo, a concessões de vantagens, aumentos e reajustes salariais, além de alterações de estrutura de carreiras.



Renan Calheiros (C) conduz votação no Plenário, ao lado de Eunício Oliveira (D)

O segundo item da pauta é o PLS 204/2016 — Complementar, que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos de qualquer natureza. A permissão vale para todos os entes da Federação e busca aumentar a arrecadação de União, estados e municípios.

## Substitutivo

Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou em Plenário texto substitutivo ao projeto, pois acatou totalmente as duas emendas apresentadas por José Aníbal (PSDB-SP) e parcialmente uma emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e outra de Aécio Neves (PSDB-MG).

Bauer afirmou que a futura lei vai permitir que União, estados e municípios deem “um passo à frente” nos problemas de que-

da de arrecadação causados pela crise financeira.

Os senadores também devem votar, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 31/2016) que prorroga até 2023 a Desvinculação de Receitas da União e cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios. A proposta permite ao governo realocar livremente 30% das receitas obtidas com taxas, contribuições sociais e de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que hoje são destinadas, por determinação constitucional ou legal, a órgãos, fundos e despesas específicas.

Depois de votada em primeiro turno, serão necessárias mais três etapas de discussão para que a PEC passe pela votação em segundo turno.

## Abuso de autoridade será tema de audiência pública amanhã

O abuso de autoridade será tema de audiência pública interativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) amanhã, às 9h. O debate foi proposto pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Tramita na Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que altera a Lei 4.898/1965, sobre o crime de abuso de autoridade. A proposta, que está sendo relatada por Romero Jucá (PMDB-RR) na Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, prevê punição aos servidores públicos que, no exercício de seus cargos,

cometam abusos. A matéria tem provocado divergências entre os senadores.

Foram convidados para a discussão representantes da Associação dos Magistrados do Trabalho, da Associação dos Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Procuradores da República, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

A audiência será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Comissão debate MP que fomenta educação infantil

A comissão mista responsável pela Medida Provisória (MP) 729/2016 reúne-se amanhã, às 15h30, para votar o relatório de Cristovam Buarque (PPS-DF) sobre a proposta.

A MP modifica regras de transferência de recursos da União para municípios e para o Distrito Federal com o objetivo de estimular a ampliação do número de vagas em creches para famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O texto estabelece novos critérios para que entes federados tenham acesso ao apoio financeiro da União para a educação infantil, redefinindo valores e formas de repasse.

O novo critério obriga municípios e o Distrito Federal a

## Entidades de classe poderão ter de prestar contas ao TCU

Entidades beneficiadas com a contribuição sindical deverão prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a aplicação dos recursos transferidos a seus cofres pelo governo, estabelece projeto incluído na pauta de amanhã da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Prevista na Constituição, a contribuição sindical é compulsória e tem natureza tributária. É recolhida uma vez ao ano tanto por empregadores quanto por trabalhadores e profissionais liberais. Também chamada de imposto sindical, serve para custear sindicatos e centrais sindicais, federações e confederações profissionais.

Para o autor do projeto (PLS 211/2016), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a natureza tributária da contribuição sindical é fato inquestionável, tanto que sua cobrança tem caráter impositivo perante trabalhadores, empregadores e profissionais liberais. Por isso, conclui o senador, os responsáveis pela gestão dos recursos recebidos devem estar sujeitos à competência fiscalizatória do TCU.

— Não se percebe aqui nenhuma diferença quanto à natureza do imposto sindical e a de qualquer outro tributo cobrado pelo Estado — afirma.

O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), recomenda a aprovação do texto, que tem decisão final na CMA. Desse modo, se aprovada na comissão, a proposta poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

No projeto, Ferraço registra

dados da Caixa dando conta de que, entre 2009 e 2013, foram transferidos R\$ 11,3 bilhões às entidades atendidas com a contribuição sindical.

## Planos de saúde

Outro projeto (PLS 29/2016), de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), pode facilitar o acesso à Justiça de consumidores e beneficiários de planos de saúde do tipo coletivo empresarial ou coletivo por adesão, titulares ou dependentes. O objetivo é deixar claro na legislação que esses consumidores têm o direito de rediscutir contratos, regulamentos ou condições gerais dos produtos, com relação a pontos que violem seus interesses.

Decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já favorecem esse entendimento, mas os planos de saúde ainda buscam fazer valer que apenas a administradora dos benefícios — a empresa ou entidade patrocinadora — teria legitimidade ativa para ajuizar as ações. A proposta tem apoio do relator, Eduardo Amorim (PSC-SE). O projeto ainda irá à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e terá decisão final no Plenário.

Na pauta da CMA, que soma 12 propostas, está ainda o PLS 587/2015, de José Agripino (DEM-RN). O texto determina a realização de campanhas educacionais permanentes para estimular o uso racional da água. O projeto, com decisão final na comissão, prevê ainda que as campanhas educativas serão financiadas com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. O relatório, de Otto Alencar (PSD-BA), é favorável ao projeto.

ampliar anualmente, com base no Censo Escolar da Educação Básica, o número de matrículas e a cobertura (vagas) em creches para crianças de até 48 meses cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família ou do BPC.

Caberá ao ministro do Desenvolvimento Social e Agrário estabelecer uma meta anual de matrículas a fim de atender, até 2024, pelo menos 50% das crianças contempladas pelo Bolsa Família ou pelo BPC. No entanto, a MP introduz a ideia de pagamentos diferenciados aos entes federados segundo o atingimento ou não da meta estabelecida, com validade a partir de 2018.

O ente federado que cumprir a meta mínima terá direito ao apoio financeiro suplementar

de até 50% do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para educação infantil. Caso a meta não seja cumprida, o repasse cai para até 25% do valor anual mínimo por aluno.

Para os anos de 2016 e 2017, nos quais ainda não será possível definir e divulgar a meta em tempo, em vez de estabelecer um pagamento variável, a MP determina que terão direito aos repasses os entes que aumentarem pelo menos uma matrícula no período.

Ainda em relação à situação provisória, a MP estabelece que também terão direito aos repasses em 2016 e 2017 municípios que ofereçam uma cobertura mínima a 35% de crianças do Bolsa Família ou do BPC.



Sessão conjunta do Congresso: antes de votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, parlamentares precisam apreciar oito vetos presidenciais, que ainda não foram analisados e trancam a pauta

Jefferson Rucy/Agência Senado - 10/8/2016

## Congresso vota diretrizes orçamentárias amanhã

No dia 10, sessão para votar a lei foi encerrada por falta de quorum. A previsão é que governo federal feche o ano com déficit de R\$ 139 bilhões

O CONGRESSO DEVE votar amanhã, as 11h, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O texto, aprovado no início do mês pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), autoriza o governo federal a fechar o ano com um déficit de R\$ 139 bilhões e prevê um crescimento de 1,2% no produto interno bruto (PIB).

Caso se confirme a estimativa da LDO, o Brasil completará quatro anos consecutivos de déficit fiscal e de crescimento da dívida pública nacional.

Além do rombo previsto no nível federal, o projeto antecipa déficits de R\$ 1,1 bilhão para estados e municípios e de R\$ 3 bilhões para as estatais, totalizando resultado negativo de R\$ 143,1 bilhões para o setor

público consolidado. Outros indicadores trazidos pelo texto para o próximo ano incluem as previsões de inflação de 6%, taxa de juros de 13,1% e dólar médio de R\$ 4,40.

### Receitas e gastos

A LDO de 2017 estipula que os gastos primários da União não sejam superiores aos de 2016 (incluindo os restos a pagar), corrigidos pela inflação.

Além disso, o texto proíbe o Executivo de incluir na previsão de receitas da Lei Orçamentária Anual (LOA) a arrecadação com tributos que não tenham sido aprovados pelo Congresso. Com isso, ficou impedida a projeção de receita com expectativa de recriação da CPMF.

O relatório aprovado contém ainda medidas para amenizar o problema das obras federais inacabadas, que foram iniciadas com planejamento insuficiente e que excederam o tempo e o orçamento previstos para conclusão. Uma delas

propõe que o Executivo passe a priorizar, em seus investimentos de infraestrutura, os empreendimentos que estejam com 50% das obras iniciadas.

### Vetos

Antes da votação da LDO, o Congresso precisa decidir sobre oito vetos presidenciais que ainda não foram analisados e que trancam a pauta. Seis deles receberam pedidos de destaque para a votação e, por isso, não foram analisados na última sessão.

Entre eles, está o veto ao projeto de lei de conversão que trata do combate ao mosquito *Aedes aegypti* (PLV 9/2016). Os artigos vetados concedem benefícios e incentivos tributários em várias situações, como a produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros. Também foi vetada a dedução, do Imposto de Renda, de doações ou investimento em ações de combate ao mosquito.

Outros dois vetos que não

estavam na pauta da última sessão foram incluídos. O veto 28 foi apostado ao projeto que permitia o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a vítimas de deslizamento de encostas ou de queda de barreiras. De acordo com a justificativa do veto, o ideal seria elencar os motivos para a retirada do FGTS por meio de regulamento infralegal para dar maior flexibilidade ao Executivo.

O outro veto incluído é resultante da Medida Provisória 713/2016, que reduziu de 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre a remessa de pagamentos ao exterior, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais. O presidente interino Michel Temer vetou três dispositivos que zeravam a tributação sobre os proventos de aposentadoria pagos pela Previdência Social e transferidos para residentes no exterior, os rendimentos

relativos a 13º salário, e gastos com promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros. Uma das razões do veto, segundo o presidente, foi a possibilidade de contestação por parte dos contribuintes beneficiários de previdência privada.

### Eleições

Na mesma sessão, os parlamentares também podem votar vários projetos de lei do Congresso. Entre eles, está o PLN 3/2016, que destina recursos para viabilizar a eleição municipal deste ano.

Também estão na pauta os PLNs 10 e 11, de 2016, que remanejam a programação das emendas parlamentares impositivas com impedimento e projetos que criam créditos suplementares.

O último item é o projeto de resolução que modifica o prazo de apresentação de emendas às medidas provisórias (PRN 3/2013).

## Goldfajn faz balanço econômico amanhã

Um balanço da política monetária adotada pelo governo interino de Michel Temer deverá ser feito amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn.

A comissão faz audiências trimestrais com o presidente do BC para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária. Esta será a primeira vez que Goldfajn vem ao Senado após assumir o cargo.

Ainda na condição de indicado para a presidência do banco, Goldfajn esteve na CAE em 7 de junho, quando considerou "factível" a volta do crescimento da economia em 2017, desde que sejam aprovadas as reformas

propostas pelo governo ao Congresso.

Na ocasião, ele defendeu o fortalecimento do "velho e bom tripé macroeconômico" formado por responsabilidade fiscal, controle da inflação e regime de câmbio flutuante.

Entretanto, "sem ferir as



Goldfajn deve debater, em comissão, a política monetária do governo

premissas desse regime", como ressalva, Goldfajn tem feito intervenções no câmbio. Um exemplo dessa atuação é a redução gradual da posição do BC em swaps cambiais — instrumentos derivativos de troca de riscos entre as partes.

O presidente do BC considerou de fundamental importância a aprovação e a implementação de ajustes e reformas capazes de restaurar a confiança dos agentes econômicos e de criar as condições para a recuperação econômica. Ele previu o retorno da inflação para o centro da meta de 4,5% em 2017 — o IPCA acumulado dos últimos 12 meses está em 8,74%.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Comissão discute fundos para ciência e tecnologia

Os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico serão debatidos na terceira audiência pública sobre o tema, promovida amanhã pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Este ano o colegiado vai avaliar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel). Todos os anos cada comissão permanente do Senado escolhe uma política pública do governo federal para avaliar.

Foram convidados para o debate o superintendente do

Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Paulo Mol Júnior; o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Luiz Augusto de Souza Ferreira; o diretor da Associação Nacional de Pesquisa e de Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) Raimar van den Bylaardt; e o diretor-presidente da Protec — Pró-Inovação na Indústria Brasileira, Roberto Nicolsky.

A audiência pública é interativa, com possibilidade de participação dos internautas, e está marcada para as 8h45, no sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela